

MUNICÍPIO DA MADALENA

CONTRIBUINTE N.º 512-070-946
LARGO: CARDEAL COSTA NUNES
9890-324/MADALENA.DQ.RICO
TELEF: 292-628-700
TELEFAX: 292-628-748
SITE: www.cm-madalena.pt
E-MAIL: geral@cm-madalena.pt

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the number '62' and various initials.

ACTA

DA

REUNIÃO ORDINÁRIA

DA

CÂMARA MUNICIPAL DA MADALENA

Local: Sede do Futebol Clube da Madalena.

Data: 30/11/2006.

Iniciada às 10H e encerrada às 11H45M.

Aprovada em 30/11/2006 em minuta e publicada através do Edital n.º 41

ORDEM DO DIA

I – Correspondência e Assuntos Diversos:

- 1 – Informações dos Responsáveis de cumprimento das deliberações da última reunião.
- 2 – Apresentação do Relatório de Actividades dos Serviços de 10 a 23 de Novembro.
- 3 – EB/S da Madalena - Agradecimento – Para conhecimento.
- 4 – Auto de medição n.º 2 da Empreitada de remodelação e ampliação da rede de águas do Concelho da Madalena – Para conhecimento.

M
27
624
fr.

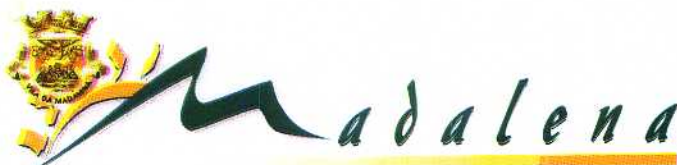
- 5 – Relatório Mensal e Auto de Medição n.º 1 da empreitada de construção do Parque de Campismo da Madalena – Para conhecimento.
- 6 – Apoio para transporte de materiais – Nova Criação – Associação de Jovens da Criação Velha – Para ratificação.
- 7 – Fixação de preço para venda do livro “O vinho do Pico” – Para decisão.
- 8 – Processo de contra-ordenação n.º 01/2006 – Pedido de pagamento em prestações – José Manuel Goulart Cardoso – Para decisão.
- 9 – Processo de contra-ordenação n.º 25/2006 – Pedido de pagamento em prestações – Eugénio Octávio Vitorino Bettencourt – Para decisão.
- 10 – Processo de contra-ordenação n.º 26/2006 – Pedido de pagamento em prestações – Eugénio Octávio Vitorino Bettencourt – Para decisão.
- 11 – Revisão de preços da Empreitada de Remodelação do Edifício dos Paços do Concelho – Para decisão.
- 12 – Alteração n.º 20 ao Orçamento e n.º 16 às Grandes Opções do Plano – Para decisão.
- 13 – Resumo Diário da Tesouraria referente ao dia 29/11/2006 – Para conhecimento.

II – Projectos de Arquitectura – Para decisão.

- 1 – Processo n.º 153/2003, de Manuel Humberto Silva Matos.
- 2 – Processo n.º 076/2006, de Ricardo Pereira Santos Unipessoal, Lda.
- 3 – Processo n.º 080/2006, de Carlos Alberto da Silva.
- 4 – Processo n.º 087/2006, de Maria João Marcos Garcia Teixeira.
- 5 – Processo n.º 099/2006, de Roberto Manuel Sousa Nunes.

III – Projectos de Arquitectura e Projectos de Especialidades – Para decisão.

- 1 – Processo n.º 053/2005, de Maria do Espírito Santo.
- 2 – Processo n.º 025/2006, de Lúcio Agostinho Brás Antunes.
- 3 – Processo n.º 073/2006, de Silvino Furtado Machado.
- 4 – Processo n.º 093/2006, de Rui Luís Gaspar Garcia.



MUNICÍPIO DA MADALENA

CONTRIBUINTE N.º 512/070/946;
LARGO CARDINAL COSTA NUNES;
9950-324/MADALENA DO PICO;
TELEF: 292 628 700;
TELEFAX: 292 628 748;
SITE: www.cm-madalena.pt;
E-MAIL: gcm@cm-madalena.pt

27
623
Handwritten signatures and initials in the top right corner.

IV – Projectos de Especialidades – Para decisão.

- 1 – Processo n.º 037/2005, de Maria de Lurdes da Silva Nunes, Armanda Maria da Silva Nunes e Paulo Jorge da Silva Nunes.
- 2 – Processo n.º 052/2005, de Sally Carla Morais Lopes.
- 3 – Processo n.º 058/2006, de Ricardo Pereira Santos Unipessoal, Lda..
- 4 – Processo n.º 061/2006, de João Humberto Duarte Fontes.

V – Informação Prévia – Para decisão.

- 1 – Processo n.º 014/2006, de Eduardo Manuel Melo Ferreira.

VI – Caducidade da Licença e Licença Especial de Obras Inacabadas – Para decisão.

- 1 – Processo n.º 098/2004, de César Eugénio Matos Pereira da Rosa.

A reunião iniciou com os seguintes elementos do elenco camarário:

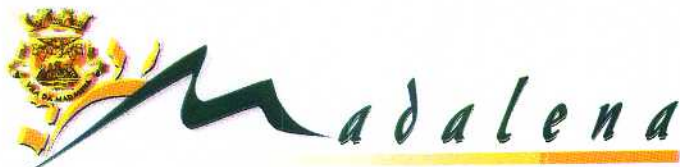
Presidente: Jorge Manuel Pereira Rodrigues.

Vereadores: José António Marcos Soares.

Maria de Lurdes Rodrigues Luís Silva.

Sandra Cristina Ávila Rodrigues.

Estiveram presentes, a Chefe da Secção de Expediente, Arquivo e Documentação, Sra. Maria da Conceição Jorge, a Chefe da Secção de Contabilidade, Taxas e Licenças, Sra. Maria Leontina Silva, a Chefe da Secção de Pessoal, Património e Aprovisionamento, Sra. Manuela Serpa, a Funcionária da Biblioteca, Sra. Fernanda Medeiros, a Coordenadora do Gabinete de Estudos e Planeamento, Dra. Silvia Seco e o Coordenador da Divisão de Obras, Urbanismo e Serviços Urbanos, Eng.º Manuel Sançana, que apresentaram ao executivo, para deliberação, os assuntos que no âmbito dos seus departamentos necessitavam de deliberação camarária, e que nos termos



MUNICÍPIO DA MADALENA

CONTRIBUINTE N.º 512 070 946;
LARGO CARDEAL COSTA NUNES;
9950-324 MADALENA DO RICO;
TELEF: 292-628 708;
TELEFAX: 292-628 748;
SITE: www.cm-madalena.pt;
E-MAIL: geral@cm-madalena.pt;

27
626
A R
Mudg ps.

da legislação, ao efeito aplicável, cumpriam todos os formalismos legais para que a Câmara, sobre os mesmos, pudesse decidir.

A reunião foi presidida pelo Sr. Jorge Manuel Pereira Rodrigues, Presidente da Câmara Municipal e secretariada pela Dra. Sílvia Seco, Técnica Superior.

O Presidente da Câmara Municipal abriu o período antes da ordem do dia. -----

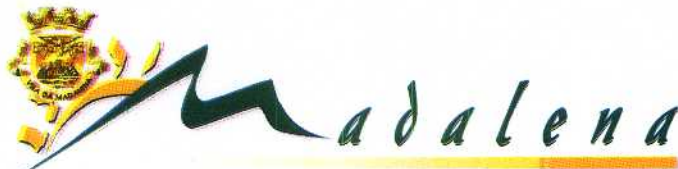
Proposta ao Executivo: -----

Foi presente a proposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal, de acordo como o artigo 83.º do Decreto Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5 - A/2002, de 11 de Setembro, no sentido de que sejam analisados vários pontos não constantes da ordem do dia e que necessitam de deliberação imediata, nomeadamente: -----

- 1 – Pedido da Junta de Freguesia da Madalena de transferência de verbas entre obras integradas no Protocolo de Delegação de Competências celebrado entre o Município da Madalena e a Junta de Freguesia da Madalena – Para decisão;
- 2 – Recurso hierárquico interposto pela empresa “Construtora do Tâmega Açores, SA”, sobre a decisão da comissão de abertura das propostas (relativas ao concurso público com vista à adjudicação da “Empreitada de construção do edifício para a 1ª. fase da ampliação da escola dos 2º e 3º ciclos do ensino básico com ensino secundário, Cardeal Costa Nunes” que indeferiu a reclamação formulada pela mesma empresa no *ACTO PÚBLICO DO CONCURSO* – Para decisão;
- 3 – Pedido de prorrogação de prazo da IEI relativo à empreitada de execução de ramal média tensão e posto de transformação – Furo de captação de água da Miragaia – Bandeiras – Para decisão.

Deliberação: A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do Sr. Presidente. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA



MUNICÍPIO DA MADALENA

CONTRIBUINTE N.º 512-070-946
LARGO CARDEAL COSTA NUNES
9850-324 MADALENA-D O RICO
TELEF: 292-628-700
TELEFAX: 292-628-748
SITE: www.cm-madalena.pt
E-MAIL: geral@cm-madalena.pt

27

627

Handwritten signatures and initials in blue ink.

1 – Pedido da Junta de Freguesia da Madalena de transferência de verbas entre obras integradas no Protocolo de Delegação de Competências celebrado entre o Município da Madalena e a Junta de Freguesia da Madalena – Para decisão;

Foi apresentada ao executivo, pela Chefe da Secção de Expediente, Arquivo e Documentação, Sra. Maria da Conceição Jorge, o ofício n.º 2006/11/21, de 21/11/2006, da Junta de Freguesia da Madalena, a solicitar transferência de verbas entre obras integradas no Protocolo de Delegação de Competências, bem como a informação n.º 574, de 27/11/2006, do Dr. Fernando Evangelho, do Gabinete de Estudos e Planeamento, que a seguir se transcreve: -----

“Atendendo ao ofício ref. 2006.11.21 da Junta de Freguesia da Madalena, que se anexa (Doc.1)relativamente ao assunto em epígrafe, cumpre-me informar que:

1) A 27 de Abril de 2006 foi celebrado um Protocolo de Delegação de Competências entre esta autarquia e a Junta de Freguesia da Madalena, para a realização das obras de (Doc. 2):

- a) Limpeza e conservação de caminhos municipais..... 80.340,00€
- b) Reparação e conservação de escolas..... 7.257,00€
- c) Gestão e conservação de jardins e espaços ajardinados..... 2.500,00€;

2) O documento acima mencionado foi aprovado em reunião do executivo de 9 de Março e em sessão da Assembleia Municipal de 29 de Março do corrente ano, (Doc.3);

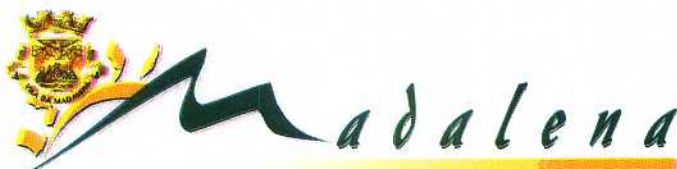
4) No presente ofício, a Junta de Freguesia da Madalena vem solicitar um reforço da verba atribuída à obra de “Limpeza e conservação de caminhos municipais”, no montante de 4.129,00€, valor a transferir da obra “Reparação e conservação de escolas”, cujos montantes passariam a ser de:

- a) Limpeza e conservação de caminhos municipais..... 84.469,00€
- b) Reparação e conservação de escolas.....3.128,00€;

5) A alteração solicitada não altera o valor total do Protocolo, que se mantém no montante de 90.097,00;

Face ao exposto, e por força do artigo 66º nº1 da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, deverá o órgão executivo, sob autorização da Assembleia Municipal, proceder à alteração proposta pela Junta de Freguesia da Madalena.”

Deliberação: A Câmara, deliberou por unanimidade, autorizar o pedido da Junta de Freguesia da Madalena, de alteração ao Protocolo de Delegação de Competências celebrado entre o Município da Madalena e a Junta de Freguesia da Madalena, retirando 4.129,00€ da rubrica Reparação e Conservação de Escolas, e introduzindo este valor na rubrica Limpeza e Conservação de Caminhos Municipais, em conformidade com a informação acima transcrita, e remeter à Assembleia Municipal para discussão e aprovação. -----



MUNICÍPIO DA MADALENA

CONTRIBUINTE N.º 512 070 946;
LARGO CARDEAL COSTA NUNES;
9950-324/MADALENA-DO-RICO;
TELEF: 292 628 700;
TELEFAX: 292 628 748;
SITE: www.cm-madalena.pt;
E-MAIL: geral@cm-madalena.pt;

27
62
H
R
Núdy fs.

2 – Recurso hierárquico interposto pela empresa “Construtora do Tâmega Açores, SA”, sobre a decisão da comissão de abertura das propostas (relativas ao concurso público com vista à adjudicação da “Empreitada de construção do edifício para a 1ª. fase da ampliação da escola dos 2º e 3º ciclos do ensino básico com ensino secundário, Cardeal Costa Nunes” que indeferiu a reclamação formulada pela mesma empresa no ACTO PÚBLICO DO CONCURSO – Para decisão. -----

Foi apresentado ao executivo, pela Dra. Sílvia Sêco, o recurso hierárquico acima referenciado, bem como a apreciação ao mesmo, que a seguir se transcreve: -----

“As alegações de recurso (**doc. 1**, junto) da “CONSTRUTORA DO TÂMEGA AÇORES, SA”, são as próprias e tempestivas, tendo entrado nos serviços da Câmara Municipal, em 17 de Novembro de 2006, dentro do prazo legal de cinco dias úteis a contar da data do recebimento efectivo da certidão da acta do “acto público”, sob o registo nº 3779, resultando, desse modo, em alegações formalizadas nos termos do disposto no artigo 99º/1 e 3 do Decreto-Lei nº 59/99, de 2/3.

A recorrente é parte legítima.

O dono da obra, *maximae*, o Município da Madalena, através da respectiva Câmara Municipal, é a entidade legalmente competente para decidir o presente recurso.

As questões de direito ora controvertidas encontram-se devidamente identificadas, tanto no citado **doc. 1**, junto, como na acta do Acto Público de abertura de propostas (**doc. 2**, junto) e dão-se, nesta sede, por integralmente reproduzidas, para todos os devidos e legais efeitos.

Pelo que cumpre decidir do recurso:

1. No âmbito do concurso público da “**EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO PARA A 1ª FASE DA AMPLIAÇÃO DA ESCOLA DOS 2º E 3º CICLOS DO ENSINO BÁSICO COM ENSINO SECUNDÁRIO, CARDEAL COSTA NUNES**”, teve lugar o “acto público” de abertura de propostas, que ocorreu nos dias 6 e 9 de Novembro de 2006.
2. A certidão da acta respectiva (v. **doc. 1**, que se anexa) foi entregue, a todos os concorrentes presentes, via telefax, no dia 10 de Novembro de 2006 – v. comprovativo do recebimento respectivo, que se anexa sob o **doc. 2**.

A
fs.
Ludgero

3. No decurso do “acto público”, o ora recorrente “CONSTRUTORA DO TÂMEGA AÇORES, SA”, formulou reclamação e foi a mesma indeferida pela “Comissão de Abertura”, tudo nos seguintes termos:

“--Já no que concerne à questão das *habilitações profissionais a certificar ou não pela Ordem dos Engenheiros e habilitantes ao exercício da profissão de Engenheiro Civil e da tarefa de Direcção Técnica de uma empreitada de obra pública, por um lado, e ao exercício da direcção técnica da empreitada por parte de Engenheiro Civil Estagiário, por outro*, questões objecto de reclamação por parte do concorrente “Habipro/José Artur da Cruz Leal, Lda” em relação aos concorrentes “Construtora do Tâmega, SA”, e “A. Ludgero e Castro, Lda/“Nascimento Neves & Filho, Lda”, e pelo concorrente “Edifer” em relação ao concorrente “A. Ludgero e Castro, Lda/“Nascimento Neves & Filho, Lda”, a Comissão, conforme decidido supra, consultou a Ordem dos Engenheiros, ficando esta de, ainda no decorrer do presente Acto Público e no dia de hoje, emitir a sua competente e autorizada orientação, pelo que, em nome do rigor e economia processuais que devem presidir também ao presente procedimento, a Comissão decidiu suspender uma vez mais o presente Acto Público pelo período de tempo julgado adequado à recepção daquela orientação. Em conformidade, deve o presente Acto Público ser retomado no período de depois do almoço, pelas 14.00 do dia de hoje. -----

--Retomado o Acto Público, pelas 14.00, a Comissão comunicou aos concorrentes que recebeu da Ordem dos Engenheiros os esclarecimentos constantes do ofício cuja cópia se junta e se dá nesta sede por inteiramente reproduzido para todos os devidos e legais efeitos, tendo-o lido em voz alta na presença de todos os concorrentes (e indo, também, de encontro a um ofício circular, também neste Acto Público lido em voz alta a todos os concorrentes e já anteriormente remetido pela OE a diversas Câmaras Municipais do País, que igualmente se anexa e se dá nesta sede por integralmente reproduzido, para todos os devidos e legais efeitos) e de que resulta orientação técnica inequívoca quanto a concluir o seguinte: -----

-----No Ordenamento Jurídico Português, apenas a Ordem dos Engenheiros é legalmente competente para certificar as competências profissionais dos licenciados em engenharia que exercem a profissão de Engenheiro (*vide arts. 1.º, 2.º e 3.º do Estatuto da Ordem dos Engenheiros*); -----

-----Por isso, qualquer outro certificado, emitido por qualquer outra entidade, não possui qualquer valor legal de certificação de competências profissionais dos Engenheiros Cíveis, designadamente para efeitos do presente concurso, pelo que é jurídica e legalmente irrelevante para o efeito a apresentação, *in casu*, por parte do concorrente “Construtora do Tâmega, SA”, de cópias das *cédulas profissionais* e de *declarações habilitantes* de dois dos seus técnicos propostos (Luís Malaquias, e Luís Leite), provenientes, respectivamente, da Universidade de Coimbra e da Universidade do Porto. -----

-----Já no que tange à questão de saber se, relativamente ao concorrente “A. Ludgero e Castro, Lda/“Nascimento Neves & Filho, Lda”, um Engenheiro Estagiário pode ou não exercer a direcção técnica da empreitada, o citado parecer anexo hoje recebido, proveniente da Ordem dos Engenheiros, vai, inequivocamente, de encontro à orientação ora objecto de reclamação e supra preconizada por esta Comissão.-

--Ou seja, que a alínea e) da cláusula 15.1 do PC, devidamente articulada com o exigido pelo dono da obra no Anexo 2 do mesmo PC, apenas exige, inequivocamente, que o Director Técnico da empreitada possua as habilitações de *licenciatura em engenharia ou em arquitectura, ou bacharelato*, e sempre com experiência comprovada. Nada mais. E, se conjugarmos esta orientação normativa, expressamente acolhida pelo dono da obra, com o curriculum efectivamente apresentado pelo concorrente ora reclamado, em matéria de Director Técnico, verificamos não só que este é titular da habilitação académica minimamente exigida, como apresenta

Handwritten signatures and initials in blue ink.

elementos que identificam um rol de sua participação/direcção em inúmeras outras empreitadas. Pelo que o concorrente cumpre, integralmente, com as exigências do PC.-----

--Acresce, ainda, um argumento *ad maiori ad minus* (de *maioria de razão*) que é, precisamente, o facto de o dono da obra aceitar para a direcção técnica da presente empreitada um "bacharel em engenharia", o qual sempre demonstraria uma qualificação literária e profissional mínima inferior à do licenciado em engenharia apresentado pelo concorrente ora reclamado. -----

--Finalmente, como são doutrina e jurisprudência pacíficas, em concurso público, é o acto final de adjudicação da empreitada – e o contrato subsequente – a fonte exclusiva dos direitos e obrigações de cada um dos contratantes, daí resultando para ambos a constituição de uma relação jurídica administrativa, pelo que o acto de admissão de um qualquer concorrente a um concurso público carece de *lesividade actual*, já que não garante qualquer direito ou preferência na futura escolha, mas, tão somente, a passagem à fase seguinte – *vide*, neste sentido, o Acórdão do STA, de 3/12/1998, *in* BMJ, 482º, pp 285. -----

--Face ao supra exposto, a Comissão, para efeitos da sua decisão anterior sobre o presente assunto, não pode deixar de extrair as necessárias consequências legais e, em conformidade, decidir o seguinte:-----

-----1) Levando em consideração a aplicação conjugada do disposto nos arts. 141º e 142º do CPA, aplicáveis subsidiariamente, *ex vi* art. 2º/7 do mesmo diploma – (neste sentido, *vide*, igualmente, o Acórdão do STA, de 14/3/2002, *in* <http://www.dgsi.pt>, que, com a devida vénia, se dá nesta sede por inteiramente reproduzido) – a Comissão revoga a sua decisão anterior de admissão do concorrente "Construtora do Tâmega, SA"; e, considerando igualmente o disposto na cláusula 15.1/e) do PC, conjugada com o artigo 92º/2, a) do DL nº 59/99, de 2/3, decide pela sua exclusão do presente concurso, para todos os devidos e legais efeitos; -----

-----2) Mantém e reitera a decisão anteriormente tomada quanto à admissão, nesta fase procedimental, do concorrente "A. Ludgero e Castro, Lda"/"Nascimento Neves & Filho, Lda".-----

--Em seguida, a Comissão submeteu as presentes deliberações a reclamação, para efeitos do nº 4 do artigo 92º do DL nº 59/99, de 2/3.-----

4. É aquele, nos seus precisos termos, o entendimento que fundamenta, de facto e de direito, a decisão da Comissão de Abertura e no seu preciso contexto – e não qualquer outro.

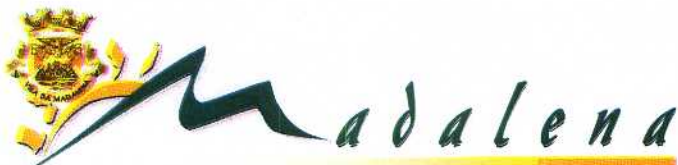
5. Não se vislumbra qualquer contradição, como ora pretende o recorrente.

6. Antes pelo contrário. A Comissão de Abertura revelou extremo cuidado e prudência na resolução da questão em concreto que lhe foi dada dirimir e fundamentou devidamente a revogação da sua deliberação inicial de admissão do recorrente.

7. Tratando todos os concorrentes por igual e em igualdade de circunstâncias.

8. Mais, quanto à questão de não ter a Comissão admitido também condicionalmente o ora recorrente, resulta, inequivocamente, da acta do acto Público o seguinte:

"(...) a Comissão dá por inteiramente reproduzidos, para todos os devidos e legais efeitos, os fundamentos da decisão de exclusão, acima também exarados, nos seus precisos termos, acrescentando o seguinte: a verificação da existência ou não, para efeitos da admissão condicional dos concorrentes a que se reporta o art. 92º/2, c) e 3 do DL nº 59/99, de 2/3, da essencialidade ou não de determinados elementos e cuja falta possa ser suprida nos termos requeridos pelo concorrente ora reclamante e previstos na lei, impõe, vinculadamente, a existência do documento, em si, exigido pelas mesmas disposições normativas e pelo PC (*in casu*, a



MUNICÍPIO DA MADALENA

CONTRIBUINTE N.º 512-070-946
LARGO CARDEAL COSTA NUNES
9960-324 MADALENA (DO. RICO)
TELEF: 282-628-700
TELEFAX: 282-628-748
SITE: www.cm-madalena.pt
E-MAIL: geral@cm-madalena.pt

certificação, devidamente emitida pela Ordem dos Engenheiros, quanto às habilitações literárias e profissionais dos quadros da empresa e responsáveis pela orientação da obra). Ora, inequivocamente, faltou ao concorrente apresentar aquela declaração/documento. Pelo que é, manifestamente, uma falsa questão aferir da existência/falta ou não de algum elemento essencial de um documento que inexistia no concurso.-----
--Pelo que a Comissão indefere a presente reclamação.-----

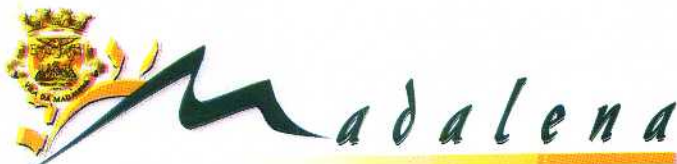
9. E, quanto à admissão condicional anterior do concorrente EDIFER, a Comissão decidiu que:
“(…) já no que toca à reclamação formulada pelo ora reclamante em relação ao concorrente “Edifer”, a Comissão, novamente compulsados os elementos documentais pertinentes, verifica que, na realidade, a declaração exigida na alínea i) da cláusula 15.1 do PC não foi acompanhada pelas declarações conforme Anexo 3 no caso do responsável pela execução das instalações e equipamentos de águas e esgotos, Engº João Rodrigues, bem como do responsável pela execução das instalações e equipamentos mecânicos, Engº Luís Barros Marques. Considera a Comissão que a mencionada alínea i) da cláusula 15.1 do PC reporta, como sendo de apresentação obrigatória o seguinte: -----

- a declaração assinada pelo representante legal da empresa que menciona a equipa técnica responsável pela execução da obra, preenchendo o quadro constante do Anexo 2 – o que, *in casu*, existe (v. fls. 437 do invólucro “documentos” da proposta do concorrente “Edifer”);-----

- os currículos, obrigatoriamente formulados em atenção ao disposto no Anexo 6 (e que não serão analisados se não preencherem estes requisitos) – o que, igualmente sucede em relação ao concorrente ora reclamado, que, efectivamente, apresentou todos os currículos de todos os técnicos propostos e de acordo com o mencionado Anexo 6.-----

--É certo que, quanto à primeira (a “declaração assinada pelo representante legal da empresa que menciona a equipa técnica responsável pela execução da obra, preenchendo o quadro constante do Anexo 2”), embora se não coloque a questão da sua *não apresentação* pelo concorrente ora reclamado, como supra se demonstra, deve a mesma, no entanto, ser acompanhada das declarações conforme Anexo 3, de cada um dos elementos propostos. Não o sendo – e não constituindo, também, nos precisos termos como se encontra redigida a cláusula do PC em apreço, um elemento de apresentação essencial para efeitos de exclusão do concurso (nem o contrário resultando da lei, porquanto não se trata de nenhuma das hipóteses legalmente estatuídas nas alíneas a/ e b/ do nº 2 do artigo 92º do DL nº 59/99, de 2/3) -, considera a Comissão que a falha em apreciação releva da alínea c/ do cit. nº 2 do mesmo artigo 92º do DL nº 59/99, de 2/3, ou seja reconduz-se a uma formalidade não essencial cuja falta pode ser suprida nos termos do disposto no nº 3 da mesma disposição legal. Face ao exposto, a Comissão delibera deferir a reclamação ora em causa; porém, em conformidade com a orientação da Procuradoria Geral da República nas presentes matérias (*vide* o Parecer PGR/19/82, de 12 de Maio, que, com a devida vénia, aqui se dá por inteiramente reproduzido, para todos os devidos e legais efeitos, nomeadamente quanto à questão de considerar que, conforme supra demonstrado, são sanáveis as irregularidades que não influam no acto do concurso ou dos seus fins, nem prejudiquem o objectivo que, com a sua prática regular, se pretende, não estando comprometidos os princípios da *igualdade*, *concorrência*, *seriedade* e *transparência* que presidem ao concurso), a Comissão decide admitir condicionalmente o concorrente “Edifer”, estipulando o prazo de 2 dias para aquele concorrente suprir as deficiências apontadas, ou seja apresentar as duas declarações em falta relativas aos técnicos em questão e acima identificados.-----

10. Ou seja, o documento de apresentação obrigatória, essencial, foi efectivamente apresentado, *ab initio*, pela EDIFER; não vinha, no entanto, acompanhado de “outros elementos”, estes, sim, “não



MUNICÍPIO DA MADALENA

CONTRIBUINTE N.º 512.070.946;
LARGO CARDEAL COSTA NUNES;
9650-324/MADALENA DO PICO;
TELEF: 292.628.700;
TELEFAX: 292.628.748;
SITE: www.cm-madalena.pt;
E-MAIL: geral@cm-madalena.pt

essenciais” e, por isso mesmo, supríveis nos termos legalmente previstos para a admissão condicional”.

11. Ora, no caso do recorrente, resulta demonstrado que a situação é bem diferente, pois este não apresentou, *ab initio*, de todo, o documento, essencial, exigido.

12. O que veio a ser expressamente reconhecido pela Comissão ainda no decorrer do próprio Acto Público, revogando a sua, errada, decisão anterior de admissão a concurso do ora recorrente.

13. Pelo que a Câmara Municipal dá, nesta sede e uma vez mais, por inteiramente reproduzidas, para os devidos e legais efeitos, as decisões finais (todas as decisões finais) da Comissão que presidiu ao “acto público”, nos precisos termos expressos no citado doc. 2, junto, quanto a todas as reclamações, ali melhor identificadas e, especialmente, quanto à ora objecto do presente recurso e a que se reportam as alegações juntas sob o cit. doc. 1, junto.

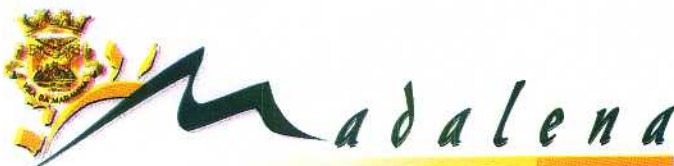
14. Assim, para os devidos e legais efeitos, a Câmara Municipal delibera reiterar todo o sentido das decisões identificadas no artigo precedente e que assim fazem parte integrante da fundamentação da presente deliberação da Câmara Municipal.

15. Estão, também nessa medida, salvaguardados, *in casu*, os princípios da igualdade de tratamento de todos os concorrentes, em respeito, consequente e absoluto, da legalidade (v., a este propósito, os artigos 3º a 6º do Código do Procedimento Administrativo).”

Deliberação: A Câmara deliberou, por unanimidade, concordar com a decisão da Comissão de Abertura das Propostas da Empreitada de construção do edifício para a 1ª. fase da ampliação da escola dos 2º e 3º ciclos do ensino básico com ensino secundário, Cardeal Costa Nunes, indeferindo o recurso hierárquico interposto pela empresa “Construtora do Tâmega Açores, SA”. ----

3 – Pedido de prorrogação do prazo da IEI relativo à empreitada de execução de ramal média tensão e posto de transformação – Furo de captação de água da Miragaia - Bandeiras – Para decisão. -----

Foi apresentado ao executivo, pela Chefe da Secção de Expediente, Arquivo e Documentação, Sra. Maria da Conceição Jorge, o fax n.º 12/06, de 27/11/2006, da Empresa IEI, solicitando prorrogação até 31 de Janeiro, para conclusão da empreitada de execução de ramal média tensão e posto de transformação da Miragaia, bem como o fax da Projectangra, fiscalização da obra, n.º 371/RB/D06.6, de 29/11/2006, comunicando que a fiscalização não vê qualquer razão objectiva



MUNICÍPIO DA MADALENA

CONTRIBUINTE N.º 512 070 946
LARGO CARDEAL COSTA NUNES
9980-324/MADALENA/DQ/RMCO
TELEF: 292 628 700
TELEFAX: 292 628 748
SITE: www.cm-madalena.pt
E-MAIL: geral@cm-madalena.pt

27
633
A
Fe.
Nundy

para mais uma concessão de prorrogação de prazo, documentos que aqui se dão por integralmente reproduzidos para os devidos e legais efeitos. -----

Foi apresentada ainda, a informação do Dr. Fernando Evangelho, do Gabinete de Estudos e Planeamento, datada de 29/11/2006, que a seguir se transcreve: -----

“Considerando o pedido de prorrogação do prazo de execução da empreitada supra mencionada, solicitada pela empresa I.E.I. – Instalações Eléctricas Industriais, Lda., cumpre-me informar que:

A empreitada em epígrafe foi adjudicada por deliberação camarária de 19 de Maio de 2005 e consignada a 10 de Agosto do mesmo ano, tendo como prazo de execução 90 dias;

Em 9 de Novembro de 2005 foi autorizado a prorrogação de prazo por mais 45 dias;

Em 29 de Dezembro do mesmo ano, e em virtude de alterações ao projecto técnico, foi autorizada a prorrogação por mais 90 dias úteis;

A 30 de Março de 2006, a I.E.I, Lda comunicou ao Município que estava em condições de iniciar os trabalhos, solicitando que a autarquia efectuasse a picotagem dos postes, tarefa essa que foi realizada pelo topógrafo Sr. José António Costa;

Em 9 de Maio de 2006 foi autorizada a prorrogação de prazo por mais 90 dias úteis;

A 16 de Maio de 2006 foi celebrado um contrato de trabalhos adicionais decorrentes das alterações efectuadas ao projecto, sem que, entretanto, o empreiteiro tivesse iniciado a obra;

A 7 de Setembro do corrente ano, foi autorizada uma nova prorrogação de prazo por mais 90 dias, tendo como terminus o próximo dia 10 de Dezembro;

Considerando o competente parecer da fiscalização, que se anexa, no sentido de não encontrar qualquer razão objectiva para a concessão de nova prorrogação, com efeitos a partir de 10 Dezembro próximo;

Atendendo que, a presente empreitada já foi objecto de quatro (4) prorrogações, sem que o empreiteiro tivesse dado início à execução física da obra, tendo contudo colocado no local o material necessário à sua execução;

Atendendo ainda que, desde Julho do corrente ano, a autarquia teve necessidade de por em funcionamento o furo de captação de água da Miragaia, de forma a colmatar as falhas de abastecimento de água na freguesia das Bandeiras;

Atendendo aos encargos que a autarquia tem vindo a assumir, designadamente com o aluguer de um gerador e respectivo combustível, decorrentes do atraso da execução da obra;

Face ao exposto e, em conformidade com disposto no contrato para a execução da citada empreitada, celebrado a 4 de Julho de 2005, poderá o executivo, caso entenda não autorizar a prorrogação do prazo, aplicar, a partir do próximo dia 10 de Dezembro, as multas constantes do artigo 201º do DL 59/99, de 2 de Março.”

Deliberação: A Câmara deliberou, por unanimidade, não autorizar a prorrogação de prazo solicitada pela Empresa IEI, em conformidade com a informação acima transcrita . -----

27
634
Handwritten signatures and initials in the top right corner.

I – Correspondência e Assuntos Diversos. -----

1 – Informações dos Responsáveis de cumprimento das deliberações da última reunião. -----

O executivo foi informado, pelos responsáveis de cada Secção, do cumprimento das deliberações da última reunião camarária, em conformidade com o identificado nos documentos remetidos à Presidência para integrarem a ordem do dia da reunião camarária, documentos que aqui se dão por integralmente reproduzidos para os devidos e legais efeitos. -----

Deliberação: A Câmara tomou conhecimento. -----

2 – Apresentação do Relatório de Actividades dos Serviços de 10 a 23 de Novembro. -----

Foram apresentados ao executivo, pelos Responsáveis de cada Secção, os Relatórios de Actividades dos Serviços, entre o período de 10 a 23 de Novembro, documentos que aqui se dão por integralmente reproduzidos para os devidos e legais efeitos. -----

Deliberação: A Câmara tomou conhecimento. -----

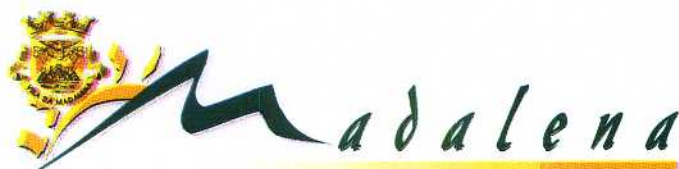
3 – EB/S da Madalena - Agradecimento – Para conhecimento. -----

Foi apresentado ao executivo, pela Chefe da Secção de Expediente, Arquivo e Documentação, Sra. Maria da Conceição Jorge, o ofício n.º 1915, de 16/11/2006, da Escola Básica e Secundária da Madalena, agradecendo a colaboração e participação prestada pelo Sr. Presidente e pela Câmara Municipal, aquando da sessão solene do 10.º Aniversário da Escola Cardeal Costa Nunes, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido para os devidos e legais efeitos. -----

Deliberação: A Câmara tomou conhecimento. -----

4 – Auto de medição n.º 2 da empreitada de remodelação e ampliação da rede de águas do Concelho da Madalena – Para conhecimento. -----

Foi apresentado ao executivo, pela Chefe da Secção de Expediente, Arquivo e Documentação, Sra. Maria da Conceição Jorge, o auto de medição n.º 2 de trabalhos contratuais, referentes ao mês de Outubro de 2006, da empreitada de remodelação e ampliação da rede de águas do Concelho da Madalena, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido para os devidos e legais efeitos. -----



MUNICÍPIO DA MADALENA

CONTRIBUINTE N.º 512 070 946
LARGO CARDEAL COSTA NUNES
9950-324 MADALENA (D.O. PICO)
TELEF: 292 628 700
TELEFAX: 292 628 748
SITE: www.cm-madalena.pt
E-MAIL: geral@cm-madalena.pt

27
A
fe.
53

Deliberação: A Câmara tomou conhecimento. -----

5 – Relatório Mensal e Auto de Medição n.º 1 da empreitada de construção do Parque de Campismo da Madalena – Para conhecimento. -----

Foi apresentado ao executivo, pela Chefe da Secção de Expediente, Arquivo e Documentação, Sra. Maria da Conceição Jorge, o relatório mensal de trabalhos e auto de medição n.º 1 de Outubro de 2006, da empreitada de construção do Parque de Campismo da Madalena, documentos que aqui se dão por integralmente reproduzidos para os devidos e legais efeitos. -----

Deliberação: A Câmara tomou conhecimento. -----

6 – Apoio para transporte de materiais – Nova Criação – Associação de Jovens da Criação Velha – Para ratificação. -----

Foi apresentado ao executivo, pela Chefe da Secção de Expediente, Arquivo e Documentação, Sra. Maria da Conceição Jorge, o ofício da Associação de Jovens Nova Criação, a solicitar transporte de biombos, para o Salão da Casa do Povo da Criação Velha, para a sexta edição da Feira de Artesanato, bem como a informação n.º 629/2006, de 24/11/2006, da Dra. Catarina Lopes, do Gabinete de Estudos e Planeamento, que a seguir se transcreve: -----

“No seguimento do pedido de apoio, na área do transporte de materiais, dirigido a esta edilidade pela Escola de São Caetano, para transporte de biombos da Escola Cardeal para o Salão da Casa do Povo da Criação Velha, para realização da Sexta Edição da Feira de Artesanato, entende-se o seguinte:

Nos termos do artigo 64º, nº 4, alínea b), da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal tem competência para “... apoiar ou participar, pelos meios adequados, no apoio a actividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra.” O interesse municipal a que se refere esta alínea, é um interesse público local, ou seja, aquele que é sentido pelos residentes na circunscrição municipal. Sendo o interesse municipal um interesse próprio e comum da comunidade municipal, neste caso, existe interesse em colaborar na organização da Sexta Feira de Artesanato, que tanto dignifica a nossa terra.

Pelo facto de existir despacho do Sr. Vice-Presidente para o responsável pela oficina e parque de máquinas, Manuel António Jorge, tratar do transporte solicitado;

Considerando o art. 68º, nº 3 da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o qual permite a prática de actos da competência da Câmara, quando não seja possível reunir extraordinariamente a mesma (como acontece neste caso, uma vez que o pedido dá entrada dia 20/11/2006, o evento ocorre no mesmo dia, e a próxima reunião de Câmara realiza-se no dia 30/11/2006), pelo Presidente ou Vice-Presidente com competências delegadas, desde que tais actos sejam ratificados na primeira reunião realizada após a sua prática, dever-se-á remeter o presente pedido de apoio para ratificação do executivo camarário.”

Deliberação: A Câmara, deliberou por unanimidade, ratificar o despacho de autorização do Sr. Vice-Presidente e Vereador com Competências Delegadas, no apoio para transporte de materiais à Associação de Jovens Nova Criação.

7 – Fixação de preço para venda do livro “O Vinho do Pico” – Para decisão. -----

Foi apresentada ao executivo, pela Chefe da Secção de Expediente, Arquivo e Documentação, Sra. Maria da Conceição Jorge, a informação n.º 542, de 15/11/2006, do Dr. Fernando Evangelho, do Gabinete de Estudos e Planeamento, sobre a fixação de preço para venda do livro “O Vinho do Pico”, que a seguir se transcreve: -----

“Na sequência da informação solicitada pela chefe de secção de contabilidade, relativamente à legalidade da venda de exemplares do livro mencionado em epígrafe, cumpre-me informar que: Sob proposta da Srª Vereadora Maria de Lurdes Silva, o executivo camarário deliberou, por unanimidade, a reedição do livro “A vinha do Pico”, da autoria do Dr. Tomás Duarte Jr, na quantidade de 500 exemplares que adquiriu;

Considerando o disposto na alínea t) nº 1 do artigo 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, compete à Câmara Municipal promover a publicação de documentos que interessem à história do município;

Por força da alínea j) do artigo 16º da Lei das Finanças Locais, constitui receita do município a alienação de bens próprios;

Acresce ainda que, o custo unitário do livro foi de 3,58€, IVA incluído, conforme demonstrado na factura nº 20041455 da Coingra, Lda;

Face ao exposto, compete ao executivo fixar o preço de venda do livro em apreço.”

Deliberação: A Câmara deliberou, por unanimidade, fixar o preço para venda do livro “O vinho do Pico”, no valor de cinco euros.

27
637
M
fs.
R

8 – Processo de contra – ordenação n.º 01/2006 – Pedido de pagamento em prestações – José Manuel Goulart Cardoso – Para decisão. -----

Foi apresentado ao executivo, pela Coordenadora do Gabinete de Estudos e Planeamento, Dra. Silvia Seco, o pedido de pagamento em prestações do processo de contra ordenação n.º 01/2006, que a seguir se transcreve: -----

“Em 25 de Outubro de 2006, foi requerido pelo Sr. José Manuel Goulart Cardoso, pagamento em prestações da coima aplicada no âmbito do processo de contra - ordenação n.º 01/2006 de 6000,00€ e das custas do processo no valor de 44,50€, totalizando o montante de 6044,50€.

Concomitantemente, requer o Sr. José Manuel Goulart Cardoso o pagamento de prestações de cinquenta euros por mês.

Estatui o art.º 88 do D.L. 433/82, de 27 de Outubro, que:

“ ...

4- Sempre que a situação económica o justifique, pode a autoridade administrativa autorizar o pagamento de uma coima dentro do prazo que não exceda um ano.

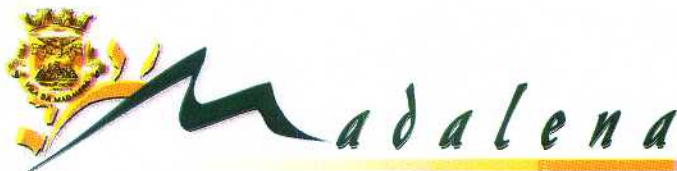
5- Pode ainda, de acordo com o n.º 5 do mesmo artigo ser autorizado o pagamento em prestações, não podendo o último deles ir além de dois anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão.

....”

Ora, o Sr. José Manuel Goulart Cardoso solicita que lhe seja permitido “.... o pagamento em prestações mensais de 50,00€...” alega “...que as minhas condições económicas não suportam valores superiores, atendendo aos encargos mensais com a habitação e a implícita subida de juros (500,00€ mensais), educação e prestações com filhos atribuídas judicialmente e outros encargos normais de qualquer agregado familiar...”, no entanto, é importante realçar, que não é apresentada prova das condições económicas.

Ora, o pagamento em prestações de acordo com o artigo 88 n.º 5 da lei supra referida, não pode ir além de dois anos.

Concomitantemente, o valor da coima e das custas (6044,50€) a dividir por 24 prestações mensais, dá uma prestação mensal de 251, 85€, pelo que a pretensão do arguido não é possível.



MUNICÍPIO DA MADALENA

CONTRIBUINTE N.º 512.070.946
LARGO CARDINAL COSTA NUNES
9860-324 MADALENA DO RÍCO
TELEF. 292.628.700
TELEFAX. 292.628.748
SITE: www.cm-madalena.pt
E-MAIL: geral@cm-madalena.pt

27
638
Handwritten signatures and initials.

Assim sendo, entendo que deverá ser dado conhecimento ao requerente e caso, a proposta agora apresentada, seja aceite pelo arguido deverá o mesmo fazer prova das dificuldades económicas.”

Deliberação: A Câmara deliberou, por unanimidade, indeferir o pedido de pagamento da prestação de 50 euros mensais, do processo de contra-ordenação n.º 01/2006 – José Manuel Goulart Cardoso, em virtude de o artigo 88 n.º 5 do Decreto Lei n.º 433/82, 27 de Outubro, só permitir que o pagamento da coima em prestações seja autorizado até 2 anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão. Contudo deliberou, autorizar o pagamento em vinte e quatro prestações mensais de acordo com a lei supra referida, em conformidade com a informação acima transcrita. --

9 – Processo de contra – ordenação n.º 25/2006 – Pedido de pagamento em prestações – Eugénio Octávio Vitorino Bettencourt – Para decisão. -----

Foi apresentado ao executivo, pela Coordenadora do Gabinete de Estudos e Planeamento, Dra. Silvia Seco, o pedido de pagamento em prestações do processo de contra ordenação n.º 25/2006, que a seguir se transcreve: -----

“Em 31 de Outubro de 2006, foi requerido pelo Sr. Eugénio Octávio Vitorino Bettencourt, pagamento em prestações da coima aplicada no âmbito do processo de contra - ordenação n.º 25/2006 de 124,70€ e das custas do processo no valor de 44,50€, totalizando o montante de 169,20€. Concomitantemente, requer o Sr. Eugénio Octávio Vitorino Bettencourt o pagamento em quatro prestações mensais.

Estatui o art.º 88 do D.L. 433/82, de 27 de Outubro, que:

“ ...

4- **Sempre que a situação económica o justifique**, pode a autoridade administrativa autorizar o pagamento de uma coima dentro do prazo que não exceda um ano.

5- Pode ainda, de acordo com o n.º 5 do mesmo artigo ser autorizado o pagamento em prestações, não podendo o último deles ir além de dois anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão.

....”

Ora, o Sr. Eugénio Octávio Vitorino Bettencourt solicita o pagamento em quatro prestações mensais apresentado a apresentação da declaração de IRS referente ao ano de 2005. Da análise conclui-se que



MUNICÍPIO DA MADALENA

CONTRIBUINTE N.º 512.070.946
LARGO CARDEAL COSTA NUNES
9960-324 MADALENA DO RICO
TELEF: 282 628 700
TELEFAX: 282 628 746
SITE: www.cm-madalena.pt
E-MAIL: geral@cm-madalena.pt

27
639
A
R
F.R.
Ludger

o rendimento mensal do Sr. António Ribeiro é de 236,49€, pelo que se entende, que o solicitado poderá ser deferido.”

Deliberação: A Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar o pedido de pagamento em quatro prestações mensais, em conformidade com a informação acima transcrita. -----

10 – Processo de contra – ordenação n.º 26/2006 – Pedido de pagamento em prestações – Eugénio Octávio Vitorino Bettencourt – Para decisão. -----

Foi apresentado ao executivo, pela Coordenadora do Gabinete de Estudos e Planeamento, Dra. Silvia Seco, o pedido de pagamento em prestações do processo de contra ordenação n.º 26/2006, que a seguir se transcreve: -----

“Em 31 de Outubro de 2006, foi requerido pelo Sr. Eugénio Octávio Vitorino Bettencourt, pagamento em prestações da coima aplicada no âmbito do processo de contra - ordenação n.º 26/2006 de 149,64€ e das custas do processo no valor de 44,50€, totalizando o montante de 194,14€. Concomitantemente, requer o Sr. Eugénio Octávio Vitorino Bettencourt o pagamento em quatro prestações mensais.

Estatui o art.º 88 do D.L. 433/82, de 27 de Outubro, que:

“ ...

4- **Sempre que a situação económica o justifique**, pode a autoridade administrativa autorizar o pagamento de uma coima dentro do prazo que não exceda um ano.

5- Pode ainda, de acordo com o n.º 5 do mesmo artigo ser autorizado o pagamento em prestações, não podendo o último deles ir além de dois anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão.

....”

Ora, o Sr. Eugénio Octávio Vitorino Bettencourt solicita o pagamento em quatro prestações mensais apresentado a apresentação da declaração de IRS referente ao ano de 2005. Da análise conclui-se que o rendimento mensal do Sr. António Ribeiro é de 236,49€, pelo que se entende, que o solicitado poderá ser deferido.”

Deliberação: A Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar o pedido de pagamento em quatro prestações mensais, em conformidade com a informação acima transcrita. -----

27
640
A
J. R.
Núdy

11 – Revisão de preços da Empreitada de Remodelação do Edifício dos Paços do Concelho – Para decisão. -----

Foi apresentada ao executivo, pela Chefe da Secção de Expediente, Arquivo e Documentação, Sra. Maria da Conceição Jorge, a informação n.º 567, de 22/11/2006, do Dr. Fernando Evangelho, do Gabinete de Estudos e Planeamento, sobre a revisão de preços da Empreitada de Remodelação do Edifício dos Paços do Concelho, que a seguir se transcreve: -----

“Considerando a empreitada supra mencionada, adjudicada à empresa EDIFER – Construções, SA;
Considerando o auto de revisão de preços da empreitada, que se anexa, no montante de 10.918,79€, datado de 17 de Novembro corrente;

Considerando o competente parecer favorável da Fiscalização;

Atendendo que o empreiteiro cumpriu o disposto no artigo 199º do DL 59/99, de 2 de Março;

Em conformidade com o citado artigo 199º do supra aludido diploma legal, deverá o dono da obra – Câmara Municipal - se pronunciar sobre o presente auto, podendo, no caso presente e, reportando-se ao referido parecer da fiscalização, aprovar o mesmo.”

Deliberação: A Câmara deliberou, por unanimidade aprovar a revisão de preços, em conformidade com a informação acima transcrita. -----

12 – Alteração n.º 20 ao Orçamento e n.º 16 às Grandes Opções do Plano – Para decisão. -----

Foram apresentadas ao executivo, pela Chefe da Secção de Contabilidade, Taxas e Licenças, Sra. Maria Leontina Silva, as referidas alterações, bem como todas as informações necessárias, documentos que aqui se dão por integralmente reproduzidos para os devidos e legais efeitos. -----

Deliberação: A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar as referidas alterações. -----

13 – Resumo Diário da Tesouraria, referente ao dia 29 de Novembro de 2006. -----

Foi apresentado ao executivo, pela Chefe da Secção de Contabilidade, Taxas e Licenças, Sra. Maria Leontina Silva, o resumo diário da tesouraria referente ao dia vinte e nove de Novembro, cujo total de disponibilidades era de novecentos e quatro mil, duzentos e sessenta e sete euros e sessenta cêntimos. -----

Deliberação: A Câmara tomou conhecimento. -----

II – Projectos de Arquitectura – Para decisão. -----

27
641
Handwritten signatures and initials.

1 – Processo n.º 153/2003, de Manuel Humberto Silva Matos. -----

Foi apresentada ao executivo, pelo Coordenador da Divisão de Obras, Urbanismo e Serviços Urbanos, Eng.º Manuel Sançana, a informação n.º 1330/2006 de 13/11/2006, referente ao projecto acima referenciado, que a seguir se transcreve: -----

“O requerente pretende proceder à legalização de uma adega de sua pertença, sita na Barca, Madalena.

A pretensão respeita o Regulamento Geral das Edificações Urbanas, e mereceu parecer favorável por parte da Paisagem Protegida de Interesse Regional da Cultura da Vinha da Ilha do Pico.

Assim, face ao exposto, emite-se parecer favorável, propondo-se o deferimento do pedido, dando-se cumprimento ao disposto no artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001 de 4 de Junho.”

Deliberação: A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o processo, em conformidade com a informação acima transcrita. -----

2 – Processo n.º 076/2006, de Ricardo Pereira Santos Unipessoal, Lda. -----

Foi apresentada ao executivo, pelo Coordenador da Divisão de Obras, Urbanismo e Serviços Urbanos, Eng.º Manuel Sançana, a informação n.º 1386/2006 de 27/11/2006, referente ao projecto acima referenciado, que a seguir se transcreve: -----

“O requerente pretende proceder à construção de um edifício destinado a comércio e habitação, num lote do qual é promitente-comprador, sito na Rua Dr. Urbano Prudêncio da Silva.

A pretensão respeita o Regulamento Geral das Edificações Urbanas e os parâmetros urbanísticos do Alvará de Loteamento n.º 01/2002, tendo merecido parecer favorável por parte da Autoridade Concelhia de Saúde e favorável condicionado por parte do Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores, com o qual o requerente concordou em sede de audiência prévia escrita.

Assim, face ao exposto, emite-se parecer favorável, propondo-se o deferimento do pedido, dando-se cumprimento ao disposto no artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001 de 4 de Junho, condicionado ao parecer do Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores.”

27
642
Handwritten signatures and initials in the top right corner.

Deliberação: A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o processo, condicionado ao parecer do Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores, em conformidade com a informação acima transcrita. -----

3 – Processo n.º 080/2006, de Carlos Alberto da Silva. -----

Foi apresentada ao executivo, pelo Coordenador da Divisão de Obras, Urbanismo e Serviços Urbanos, Eng.º Manuel Sançana, a informação n.º 1382/2006 de 23/11/2006, referente ao projecto acima referenciado, que a seguir se transcreve: -----

“O requerente pretende proceder à ampliação de uma adega de sua propriedade, sita ao Porto Novo, São Mateus, dotando-a de condições para ser usada como moradia de veraneio.

A pretensão respeita o Regulamento Geral das Edificações Urbanas e os parâmetros urbanísticos constantes do PDM, para o Espaço Urbano de São Mateus.

Assim, face ao exposto, emite-se parecer favorável, propondo-se o deferimento do pedido, dando-se cumprimento ao disposto no artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001 de 4 de Junho.”

Deliberação: A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o processo, em conformidade com a informação acima transcrita. -----

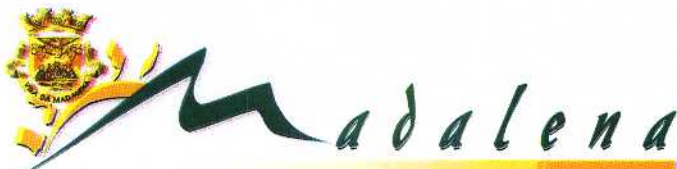
4 – Processo n.º 087/2006, de Maria João Marcos Garcia Teixeira. -----

Deliberação: A Câmara em conformidade com a informação do Eng.º Sançana, deliberou por unanimidade retirar este ponto da ordem do dia. -----

5 – Processo n.º 099/2006, de Roberto Manuel Sousa Nunes. -----

Foi apresentada ao executivo, pelo Coordenador da Divisão de Obras, Urbanismo e Serviços Urbanos, Eng.º Manuel Sançana, a informação n.º 1347/2006 de 20/11/2006, referente ao projecto acima referenciado, que a seguir se transcreve: -----

“O requerente pretende proceder à construção de uma moradia, num terreno de sua propriedade, sito à Estrada Regional n.º 1 – 2.ª, Ladeira Grande, Candelária.



MUNICÍPIO DA MADALENA

CONTRIBUINTE N.º 512.070.946
LARGO CARDEAL COSTA NUNES
9950-324 (MADALENA DO RICO)
TELEF: 292 628 700
TELEFAX: 292 628 748
SITE: www.cm-madalena.pt
E-MAIL: geral@cm-madalena.pt

27
64
Handwritten signature and initials.

A pretensão respeita o Regulamento Geral das Edificações Urbanas e os parâmetros urbanísticos constantes do PDM, para o Espaço Urbano da Candelária, tendo merecido parecer favorável por parte da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos.

Assim, face ao exposto, emite-se parecer favorável, propondo-se o deferimento do pedido, dando-se cumprimento ao disposto no artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001 de 4 de Junho.”

Deliberação: A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o processo, em conformidade com a informação acima transcrita. -----

III – Projectos de Arquitectura e Projectos de Especialidades – Para decisão. -----

1 – Processo n.º 053/2005, de Maria do Espírito Santo. -----

Foi apresentada ao executivo, pelo Coordenador da Divisão de Obras, Urbanismo e Serviços Urbanos, Eng.º Manuel Sançana, a informação n.º 1337/2006 de 14/11/2006, referente ao projecto acima referenciado, que a seguir se transcreve: -----

“PROJECTO DE ARQUITECTURA

A requerente pretende proceder à demolição e posterior construção de um edifício de 2 apartamentos T2, num terreno de sua propriedade, sito à Rua General António Ribeiro, Madalena.

A pretensão respeita o Regulamento Geral das Edificações Urbanas e os parâmetros urbanísticos constantes do PDM, para o Espaço Urbano da Madalena/Criação Velha, tendo merecido parecer favorável por parte da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos e Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores.

Assim, face ao exposto, emite-se parecer favorável, propondo-se o deferimento do pedido, dando-se cumprimento ao disposto no artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001 de 4 de Junho.

PROJECTOS DE ESPECIALIDADES

Nos termos do n.º 8 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001 de 4 de Junho, os projectos de especialidades acompanhados de termos de responsabilidade por técnicos inscritos em associação pública estão isentos de apreciação prévia, pelo que, os **Projecto de Estabilidade, Projecto de Redes de Águas e**

Handwritten signatures and initials.

Esgotos, Projecto de Rede de Gás, Projecto ITED e Instalações Eléctricas apresentados pela requerente, foram apenas analisados em termos de documentação técnica.

Dado que estão documentalmente instruídos com as peças escritas e desenhadas necessárias à compreensão dos projectos técnicos, e que tem parecer favorável por parte da EDA, propõe-se o deferimento do pedido ao abrigo do disposto no referido artigo, e dando cumprimento à alínea c) do n.º 1 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001 de 4 de Junho.”

Deliberação: A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o processo, em conformidade com a informação acima transcrita. -----

2 – Processo n.º 025/2006, de Lúcio Agostinho Brás Antunes. -----

Foi apresentada ao executivo, pelo Coordenador da Divisão de Obras, Urbanismo e Serviços Urbanos, Eng.º Manuel Sançana, a informação n.º 1364/2006 de 22/11/2006, referente ao projecto acima referenciado, que a seguir se transcreve: -----

“PROJECTO DE ARQUITECTURA

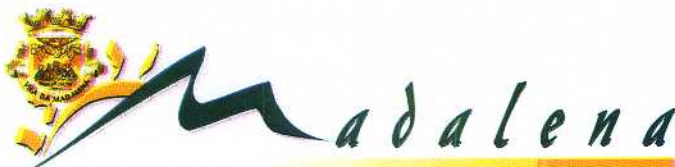
O requerente pretende proceder à ampliação de uma adega de sua propriedade, sita à Estrada Regional n.º 1 – 2.ª, Candelária.

A pretensão respeita o Regulamento Geral das Edificações Urbanas e os parâmetros urbanísticos constantes do PDM, para o Espaço Urbano da Candelária, tendo merecido parecer favorável por parte da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos.

Assim, face ao exposto, emite-se parecer favorável, propondo-se o deferimento do pedido, dando-se cumprimento ao disposto no artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001 de 4 de Junho.

PROJECTOS DE ESPECIALIDADES

Nos termos do n.º 8 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001 de 4 de Junho, os projectos de especialidades acompanhados de termos de responsabilidade por técnicos inscritos em associação pública estão isentos de apreciação prévia, pelo que, os **Projecto de Estabilidade, Projecto de Redes de Águas e**



MUNICÍPIO DA MADALENA

CONTRIBUINTE N.º 512.070.946
LARGO CARDEAL COSTA NUNES
9950-324 MADALENA (DO RICO)
TELEF: 292 628 700
TELEFAX: 292 628 748
SITE: www.cm-madalena.pt
E-MAIL: geral@cm-madalena.pt

27
64
H
Kudy fs. d

Esgotos, Projecto de Rede de Gás, Projecto ITED e Instalações Eléctricas apresentados pelo requerente, foram apenas analisados em termos de documentação técnica.

Dado que estão documentalmente instruídos com as peças escritas e desenhadas necessárias à compreensão dos projectos técnicos, e que tem parecer favorável por parte da EDA, propõe-se o deferimento do pedido ao abrigo do disposto no referido artigo, e dando cumprimento à alínea c) do n.º 1 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001 de 4 de Junho."

Deliberação: A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o processo, em conformidade com a informação acima transcrita. -----

3 – Processo n.º 073/2006, de Silvino Furtado Machado. -----

Foi apresentada ao executivo, pelo Coordenador da Divisão de Obras, Urbanismo e Serviços Urbanos, Eng.º Manuel Sançana, a informação n.º 1343/2006 de 17/11/2006, referente ao projecto acima referenciado, que a seguir se transcreve: -----

"PROJECTO DE ARQUITECTURA – ALTERAÇÃO

O requerente, através dos elementos apresentados, solicita a alteração ao projecto previamente aprovado, para construção de uma moradia num terreno de sua propriedade, sita à Rua José Alberto da Silva, São Mateus.

A alteração consiste na rotação da implantação e na inversão da planta, não havendo portanto alteração da área de construção ou do n.º de pisos, pelo que não há alteração dos parâmetros urbanísticos verificados na aprovação inicial.

Assim, face ao exposto, emite-se parecer favorável, propondo-se o deferimento do pedido, dando-se cumprimento ao disposto no artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001 de 4 de Junho.

PROJECTOS DE ESPECIALIDADES

Nos termos do n.º 8 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001 de 4 de Junho, os projectos de especialidades acompanhados de termos de responsabilidade por técnicos inscritos em associação pública estão isentos de apreciação prévia, pelo que, os **Projecto de Estabilidade, Projecto de Redes de Águas e**

27
R646
m
fs.

Esgotos, Projecto de Rede de Gás, Projecto ITED e Instalações Eléctricas apresentados pelo requerente, foram apenas analisados em termos de documentação técnica.

Dado que estão documentalmente instruídos com as peças escritas e desenhadas necessárias à compreensão dos projectos técnicos, e que tem parecer favorável por parte da EDA, propõe-se o deferimento do pedido ao abrigo do disposto no referido artigo, e dando cumprimento à alínea c) do n.º 1 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001 de 4 de Junho.”

Deliberação: A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o processo, em conformidade com a informação acima transcrita. -----

4 – Processo n.º 093/2006, de Rui Luís Gaspar Garcia. -----

Foi apresentada ao executivo, pelo Coordenador da Divisão de Obras, Urbanismo e Serviços Urbanos, Eng.º Manuel Sançana, a informação n.º 1387/2006 de 27/11/2006, referente ao projecto acima referenciado, que a seguir se transcreve: -----

“PROJECTO DE ARQUITECTURA

O requerente pretende proceder à construção de uma moradia num terreno de sua propriedade, sita à Rua Francisco Inácio Medeiros, Sete Cidades, Madalena.

A pretensão respeita o Regulamento Geral das Edificações Urbanas e conforma-se no essencial com a Informação Prévia n.º 016/2006, aprovada em 2006/07/13.

Assim, face ao exposto, emite-se parecer favorável, propondo-se o deferimento do pedido, dando-se cumprimento ao disposto no artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001 de 4 de Junho.

PROJECTOS DE ESPECIALIDADES

Nos termos do n.º 8 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001 de 4 de Junho, os projectos de especialidades acompanhados de termos de responsabilidade por técnicos inscritos em associação pública estão isentos de apreciação prévia, pelo que, os **Projecto de Estabilidade, Projecto de Redes de Águas e Esgotos, Projecto de Rede de Gás, Projecto ITED e Instalações Eléctricas** apresentados pelo requerente, foram apenas analisados em termos de documentação técnica.

27
64
A
Ludy
fs

Dado que estão documentalmente instruídos com as peças escritas e desenhadas necessárias à compreensão dos projectos técnicos, e que tem parecer favorável por parte da EDA, propõe-se o deferimento do pedido ao abrigo do disposto no referido artigo, e dando cumprimento à alínea c) do n.º 1 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001 de 4 de Junho.”

Deliberação: A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o processo, em conformidade com a informação acima transcrita. -----

IV – Projectos de Especialidades – Para decisão. -----

1 – Processo n.º 037/2005, de Maria de Lurdes da Silva Nunes, Armanda Maria da Silva Nunes e Paulo Jorge da Silva Nunes. -----

Foi apresentada ao executivo, pelo Coordenador da Divisão de Obras, Urbanismo e Serviços Urbanos, Eng.º Manuel Sançana, a informação n.º 1369/2006 de 22/11/2006, referente ao projecto acima referenciado, que a seguir se transcreve: -----

“Nos termos do n.º 8 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001 de 4 de Junho, os projectos de especialidades acompanhados de termos de responsabilidade por técnicos inscritos em associação pública estão isentos de apreciação prévia, pelo que, os **Projecto de Estabilidade, Projecto de Redes de Águas e Esgotos, Projecto de Rede de Gás, Projecto ITED e Instalações Eléctricas** apresentados pelos requerentes, foram apenas analisados em termos de documentação técnica.

Dado que estão documentalmente instruídos com as peças escritas e desenhadas necessárias à compreensão dos projectos técnicos, e que tem parecer favorável por parte da EDA, propõe-se o deferimento do pedido ao abrigo do disposto no referido artigo, e dando cumprimento à alínea c) do n.º 1 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001 de 4 de Junho.”

Deliberação: A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o processo, em conformidade com a informação acima transcrita, a Sra. Vereadora Sandra Rodrigues ausentou-se da sala, por impedimento legal. -----

2 – Processo n.º 052/2005, de Sally Carla Morais Lopes. -----

Foi apresentada ao executivo, pelo Coordenador da Divisão de Obras, Urbanismo e Serviços Urbanos, Eng.º Manuel Sançana, a informação n.º 1370/2006 de 22/11/2006, referente ao projecto acima referenciado, que a seguir se transcreve: -----

“Nos termos do n.º 8 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001 de 4 de Junho, os projectos de especialidades acompanhados de termos de responsabilidade por técnicos inscritos em associação pública estão isentos de apreciação prévia, pelo que, os **Projecto de Estabilidade, Projecto de Redes de Águas e Esgotos, Projecto de Rede de Gás, Projecto ITED e Instalações Eléctricas** apresentados pela requerente, foram apenas analisados em termos de documentação técnica.

Dado que estão documentalmente instruídos com as peças escritas e desenhadas necessárias à compreensão dos projectos técnicos, e que tem parecer favorável por parte da EDA, propõe-se o deferimento do pedido ao abrigo do disposto no referido artigo, e dando cumprimento à alínea c) do n.º 1 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001 de 4 de Junho.”

Deliberação: A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o processo, em conformidade com a informação acima transcrita. -----

3 – Processo n.º 058/2006, de Ricardo Pereira Santos Unipessoal, Lda. -----

Foi apresentada ao executivo, pelo Coordenador da Divisão de Obras, Urbanismo e Serviços Urbanos, Eng.º Manuel Sançana, a informação n.º 1388/2006 de 27/11/2006, referente ao projecto acima referenciado, que a seguir se transcreve: -----

“Nos termos do n.º 8 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001 de 4 de Junho, os projectos de especialidades acompanhados de termos de responsabilidade por técnicos inscritos em associação pública estão isentos de apreciação prévia, pelo que, os **Projecto de Estabilidade, Projecto de Redes de Águas e Esgotos, Projecto de Rede de Gás, Projecto ITED e Instalações Eléctricas** apresentados pelo requerente, foram apenas analisados em termos de documentação técnica.

264
A
L
R

Dado que estão documentalmente instruídos com as peças escritas e desenhadas necessárias à compreensão dos projectos técnicos, e que tem parecer favorável por parte da EDA, propõe-se o deferimento do pedido ao abrigo do disposto no referido artigo, e dando cumprimento à alínea c) do n.º 1 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001 de 4 de Junho.”

Deliberação: A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o processo, em conformidade com a informação acima transcrita. -----

4 – Processo n.º 061/2006, de João Humberto Duarte Fontes. -----

Foi apresentada ao executivo, pelo Coordenador da Divisão de Obras, Urbanismo e Serviços Urbanos, Eng.º Manuel Sançana, a informação n.º 1359/2006 de 21/11/2006, referente ao projecto acima referenciado, que a seguir se transcreve: -----

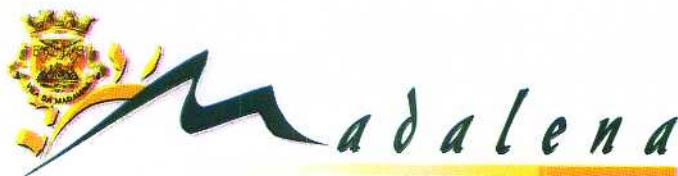
“Nos termos do n.º 8 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001 de 4 de Junho, os projectos de especialidades acompanhados de termos de responsabilidade por técnicos inscritos em associação pública estão isentos de apreciação prévia, pelo que, os **Projecto de Estabilidade, Projecto de Redes de Águas e Esgotos, Projecto de Rede de Gás, Projecto ITED e Instalações Eléctricas** apresentados pelo requerente, foram apenas analisados em termos de documentação técnica.

Dado que estão documentalmente instruídos com as peças escritas e desenhadas necessárias à compreensão dos projectos técnicos, e que tem parecer favorável por parte da EDA, propõe-se o deferimento do pedido ao abrigo do disposto no referido artigo, e dando cumprimento à alínea c) do n.º 1 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001 de 4 de Junho.”

Deliberação: A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o processo, em conformidade com a informação acima transcrita. -----

V – Informação Prévia – Para decisão. -----

1 – Processo n.º 014/2006, de Eduardo Manuel Melo Ferreira. -----



MUNICÍPIO DA MADALENA

CONTRIBUINTE N.º 512/070.946;
LARGO CARDEAL COSTA NUNES;
9950-324 MADALENA DO RÍO;
TELEF: 292-628-700;
TELEFAX: 292-628-748;
SITE: www.cm-madalena.pt;
E-MAIL: geral@cm-madalena.pt

27
R65
Handwritten signatures and initials.

Foi apresentada ao executivo, pelo Coordenador da Divisão de Obras, Urbanismo e Serviços Urbanos, Eng.º Manuel Sançana, a informação n.º 1371/2006 de 22/11/2006, referente ao projecto acima referenciado, que a seguir se transcreve: -----

“O requerente pretende proceder à construção de uma moradia, num terreno do qual é promitente comprador (apresenta autorização do proprietário), sito à Estrada Regional n.º 1 – 2.ª, Candelária. A pretensão respeita os parâmetros do Espaço Urbano da Candelária definidos no Plano Director Municipal, e mereceu parecer favorável por parte da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos.

Assim, face ao exposto, emite-se parecer favorável, propondo-se o deferimento do pedido, dando-se cumprimento ao disposto no artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001 de 4 de Junho.”

Deliberação: A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o processo, em conformidade com a informação acima transcrita. -----

VI – Caducidade da Licença e Licença Especial de Obras Inacabadas – Para decisão. -----

1 – Processo n.º 098/2004, de César Eugénio Matos Pereira da Rosa. -----

Foi apresentada ao executivo, pelo Coordenador da Divisão de Obras, Urbanismo e Serviços Urbanos, Eng.º Manuel Sançana, a informação n.º 1366/2006 de 22/11/2006, referente ao projecto acima referenciado, que a seguir se transcreve: -----

“DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DA LICENÇA DE CONSTRUÇÃO

Tendo-se constatado, que a licença de construção titulada pelo alvará n.º 83/2004 caducou a partir de 18 de Novembro de 2005, por força do disposto no artigo 71.º, n.º 3, alínea d) do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, na redacção do Decreto-Lei n.º 177/2001 de 4 de Junho, deverá a Câmara Municipal declarar expressamente a caducidade dessa licença, sempre mediante audiência prévia do interessado, conforme o disposto no n.º 5 do artigo 71.º daquele diploma. No entanto, neste caso particular da audiência prévia mencionada nesta disposição legal, considerando que foi o próprio particular quem, a coberto do requerimento datado de 17 de Novembro de 2006, com registo de entrada n.º 2347, de dia 20, ao solicitar a concessão de uma licença especial para obras inacabadas, implicitamente reconhece a caducidade da licença em

27
65
Handwritten signatures and initials in the top right corner.

questão, encontra-se o particular já perfeitamente inteirado sobre as questões que importam à decisão, devidamente comprovadas, não havendo por isso lugar à audiência prévia do interessado, conforme artigo 103.º, n.º 2, alínea a) do CPA, tendo no entanto, o requerente, mencionado no mesmo requerimento, que o atraso na conclusão da obra se deveu a ausência da Região, em acompanhamento da sua esposa, por motivos de saúde desta.

Assim, propõe-se que seja declarada a caducidade do alvará de Licença de Construção n.º 09/2005, por aplicação do disposto na alínea d) do n.º 3 do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 177/2001 de 4 de Junho.

LICENÇA ESPECIAL DE OBRAS INACABADAS

O requerente solicita que lhe seja concedida uma licença especial de obras inacabadas, para conclusão das obras de construção de uma moradia sita no Lote n.º 17 do Bairro do Granel, Madalena, cuja licença inicial caducou em 2005/11/18.

De acordo com o n.º 3 do artigo 88.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 177/2001 de 4 de Junho, *"Independentemente dos motivos que tenham determinado a caducidade da licença ou da autorização, a licença referida no n.º 1 (licença especial para conclusão de obras inacabadas), pode também ser concedida quando a câmara municipal reconheça o interesse na conclusão da obra e não se mostre aconselhável a demolição da mesma, por razões ambientais, urbanísticas, técnicas ou económicas."*

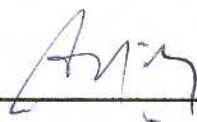
Ora, dado o estado avançado da obra, que se encontra pronta a receber tecto, consideram-se estar reunidas as condições expressas no referido artigo.

Assim, face ao exposto, emite-se parecer favorável, propondo-se o deferimento do pedido, dando-se cumprimento ao disposto no artigo 20.º e 88.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001 de 4 de Junho, concedendo-se uma licença especial com prazo não superior a 9 meses, conforme solicitado, e que se considera aceitável tendo em conta os trabalhos a realizar."

Deliberação: A Câmara deliberou, por unanimidade, declarar a caducidade da licença e conceder uma licença especial de obras inacabadas, pelo período de nove meses, em conformidade com a informação acima transcrita. -----

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, pelas onze horas e quarenta minutos, tendo sido a presente acta aprovada em minuta e assinada pelos membros do executivo presentes, ficando os Técnicos presentes na reunião encarregues de dar imediata execução às deliberações tomadas no respeitante aos seus departamentos. -----

O PRESIDENTE: _____



OS VEREADORES: _____

